

Curso de pós-graduação a distância da Universidade Federal de Juiz de Fora: tecnologias da informação e comunicação no ensino fundamental e mídias na educação

Graduate distance learning course at the Federal University of Juiz de Fora: information and communication technologies in primary education and media in education

Posgrado a distancia de la Universidad Federal de Juiz de Fora: tecnologías de la Información y comunicación en la educación primaria y medios de comunicación en la educación

Neuza Maria de Oliveira Marsicano¹
Márcia Helena Siervi Manso²

Resumo: Este estudo teve como objeto avaliar o modelo de gestão dos cursos de graduação e de pós-graduação a distância da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). O objetivo principal era levantar e analisar acerca dos processos de implantação, implementação e gerência acerca dos cursos de Especialização em Mídias na Educação (CEME) e Especialização em Tecnologia da Informação e Comunicação no Ensino Básico (TICEF). Optou-se por uma metodologia de cunho qualitativo, a partir de levantamento de informações primárias e pesquisa bibliográfica, além de depoimentos, através de entrevistas abertas, os quais foram analisados com base na teoria da Análise do Conteúdo. Concluiu-se que os processos gerenciais utilizados nos cursos de graduação e de pós-graduação a distância analisados atendem os requisitos de qualidade exigidos pelo Ministério da Educação (MEC) para a oferta de cursos na modalidade da Educação a Distância (EAD) no Brasil.

Palavras-chave: Gestão. EAD. Formação Continuada.

Abstract: *The object of this research is to evaluate the management model of graduation and post-graduation distance course of Universidade Federal de Juiz de Fora. The principal aim is to collect and analyse the implantation, implementation and management of a Specialization in Media in the Education, Technology of Information and Communication in Fundamental Teaching courses. A qualitative methodology was chosen due to the complexity of this research, and it was supported by primary information study, bibliographic research, and opinions collected in open interviews, which were analyzed based on The Analysis of Subject Theory. It was concluded that the management processes applied to the graduation and post-graduation courses met the quality patterns required by the Ministry of Education.*

¹ Graduada em Pedagogia, Psicopedagoga. Especialista em Metodologia do Ensino Superior. Mestre em Educação, Doutoranda em Educação pela Universidade Pablo de Olavide (UPO) - Sevilha, Espanha. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Administração de Sistemas Educacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: educação infantil, formação de professores, políticas públicas e educação, currículo, mudança e aprendizagem. neuza.maria@uab.ufjf.br

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e doutorado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Atualmente é professor adjunto iii da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Administração Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, políticas públicas, direito-educação, constituição e educação especial. marcia.manso@ufes.br

Keywords: *Management. Education of Distance. Training Continued.*

Resumen: *Este estudio tuvo como objetivo evaluar el modelo de gestión de los cursos de graduación y de postgrado a distancia de la Universidad Federal de Juiz de Fora (UFJF). El objetivo principal era recaudar y analizar acerca de los procesos de implantación, implementación y gestión de los cursos de Especialización en los medios de comunicación en la Educación (CEME) y Especialización en Información y Comunicación en la tecnología de la Educación Primaria (TICEF). Optamos por una metodología de carácter cualitativo, basado en una encuesta de información primaria y una encuesta bibliográfica, además de testimonios, a través de entrevistas abiertas, los cuales fueron analizados con base en la teoría del Análisis del Contenido. Se concluye que los procesos gerenciales utilizados en los cursos de graduación y de postgrado a distancia analizados cumplen con los requisitos de calidad exigidos por el Ministerio de Educación (MEC) para ofrecer cursos en la modalidad de la Educación a Distancia en Brasil.*

Palabras-clave: *Gestión. Educación a distancia. Formación Continuada.*

Introdução

Foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), Lei nº 9.396, promulgada em 20 de dezembro de 1996, que norteou, pela primeira vez, a Educação a Distância (EAD) como uma modalidade de ensino tanto da Educação Básica como da Educação Superior no Brasil.

A EAD é uma modalidade que remonta o século XIX, apesar de somente na última década do século XX ter sido reconhecida como possibilidade para oferta de cursos de graduação e de pós-graduação no Brasil.

No limiar deste século, o MEC criou pelo Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que agrega Universidades públicas e privadas de todo o País. Este Sistema permite a oferta de cursos superiores, inicialmente na área de formação de professores (licenciatura) em diversas cidades brasileiras, a partir da criação de Polos de Apoio Presencial.

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) é uma das instituições de ensino superior público, integrante da UAB, que oferece cursos de graduação (licenciaturas e bacharelados) e de pós-graduação *lato-sensu*, em diversas áreas do conhecimento, em dezenas de municípios de Minas Gerais e dos demais estados da região sudeste. O objeto da pesquisa foi avaliar a gestão dos cursos ofertados pela UFJF na modalidade EAD, o que permitiu uma análise descritiva e crítica do planejamento, da implantação e implementação desses cursos, bem como dos processos gerenciais acadêmico-administrativos utilizados.

De acordo com a proposta didático-pedagógica para a elaboração do Trabalho Final do Curso de Especialização em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação à Distância, esta pesquisa foi realizada, parte coletivamente e parte, de forma individual.

A relevância desta pesquisa se dá por conta de não ter sido identificado até o momento nenhum estudo ou pesquisa, cujo objetivo tenha sido descrever, compreender e analisar os processos de implantação e de gestão dos cursos de graduação e de pós-graduação, na modalidade a distância, da UFJF, mesmo esta Universidade ser uma das pioneiras e mais renomadas nesta modalidade.

Os trabalhos científicos disponíveis sobre gestão dos cursos a distância da UFJF são ainda incipientes. Esta pesquisa justifica-se a partir da necessidade de uma melhor compreensão de como ocorreu os processos de implantação à gestão atual dos cursos a distância e sua conexão com as concepções e diretrizes para cursos superiores em EAD.

A inexistência de um estudo específico e aprofundado sobre a gestão dos cursos superiores (graduação e pós-graduação *lato-sensu*) da modalidade a distância da UFJF faz com que esta pesquisa possa ser significativa para estudos futuros sobre o tema.

Tendo em vista a criação da UAB e os Centros de EAD nas Universidades Públicas brasileiras, bem como a política de reestruturação e expansão das Universidades Federais brasileiras, elaboradas pelo MEC, este trabalho objetivou analisar criticamente a implantação dos cursos de pós-graduação Curso de Especialização em Mídias na Educação (CEME) e Curso de Especialização em Tecnologia da Informação e Comunicação no Ensino Básico (TICEF) da UFJF.

Adicionalmente, pretendeu-se identificar se os cursos de graduação e de pós-graduação a distância da UFJF atendem as perspectivas previstas da política de educação superior a distância brasileira. Por fim, esperou-se avaliar se os cursos de Pós-Graduação atendem as políticas para formação continuada de professores na modalidade a distância e como ocorre os processos gerenciais dos cursos de graduação e de pós-graduação a distância da UFJF. Como objetivos específicos pretendeu-se (re)conhecer o processo de criação da UAB e dos Centros de Educação a Distância da UFJF; analisar a política de reestruturação e expansão das Universidades Federais brasileiras, especialmente em relação a modalidade de EAD e por último levantar, analisar e comparar os processos de implantação, implementação e gestão de cursos de graduação e de pós-graduação da UFJF

Considerando as características específicas desta pesquisa, optou-se por uma metodologia que possibilitasse levantar e analisar os processos existentes entre a implantação e a gestão dos cursos de graduação e de pós-graduação da UFJF. Buscou-se compreender o funcionamento dos cursos de Bacharelado em Administração, Licenciatura em Pedagogia, Especialização em CEME e TICEF, a fim de obter um panorama de como se dá a gestão desses cursos no contexto de uma universidade cinquentenária, e que sempre se referendou como uma instituição de excelência na oferta de ensino superior presencial nas diversas áreas do conhecimento.

O levantamento dos documentos legais desses cursos foi o fio condutor para uma revisão bibliográfica, acesso aos Projetos Políticos-Pedagógicos e análise deste trabalho. Foi necessária a realização de entrevistas com algumas pessoas ligadas a esses cursos, a fim de esclarecer com mais objetividade, aspectos importantes e essenciais para a consecução deste trabalho. As entrevistas possibilitaram uma melhor reflexão a respeito do tema, que permitiu ampliar os horizontes da gestão universitária dos cursos superiores ofertados na modalidade da educação à distância.

Esta pesquisa foi desenvolvida numa perspectiva de investigação de cunho qualitativo. Inicialmente, foi feito o levantamento de informações primárias acerca dos cursos a distância da UFJF. Em seguida, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre a EAD, em especial sobre os processos de implantação de cursos para o Sistema UAB e de sua gestão. Por fim, foram coletados depoimentos, utilizando os recursos e possibilidades de uma entrevista aberta, junto aos profissionais que participam da gestão dos cursos de Bacharelado em Administração e especialização em TICEF, além do gestor pedagógico do Centro de Educação a Distância da UFJF.

A estratégia da pesquisa utilizada foi o estudo de caso, de acordo com Yin (2005), e foi realizada análise teórico-bibliográfica, seguida de entrevistas que pudessem esclarecer e garantir que os objetivos fossem alcançados. Para o autor, o estudo de caso representa uma oportunidade de pesquisas na área das Ciências Sociais, porque o pesquisador “tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real” (YIN, 2005, p.19).

A análise dos dados coletados foi realizada à luz da Análise do Conteúdo, proposta por Bardin (1995), uma vez que se constitui como um conjunto de técnicas de análise das comunicações.

Pressupostos teóricos

Existe uma variedade de conceitos para a EAD, entretanto há por parte dos pesquisadores desta área um consenso de que esta é uma modalidade do processo ensinar/aprender abrangendo diferentes formas de auto estudo aplicados a todos os níveis de conhecimento humano (MOREIRA, 2006).

O conceito de EAD adotado pela Secretaria de Educação Superior (SESu), no portal eletrônico do MEC, presente no Decreto nº 5.622, de 19/12/2005 (que revoga o Decreto nº 2.494/98), que regulamenta o Art. 80 da Lei 9394/96 da LDBEN diz que:

Educação a Distância é uma modalidade educacional na qual a mediação didática pedagógica nos processos de ensino-aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Para Moran (2007), a EAD é o processo de ensino mediado por tecnologias, no qual professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente. Entendemos com este conceito que os alunos e professores, não estão juntos, mas podem estar conectados por tecnologias como a internet. No entanto, também podem ser utilizadas outras mídias, correio, rádio, a televisão, o CD-Rom e outras semelhantes.

De acordo com Torres (2004, p. 18), a EAD se caracteriza como:

forma sistematizada de educação que se utiliza de meios técnicos e tecnológicos de comunicação bidirecional / multidirecional no propósito de promover a aprendizagem autônoma por meio da relação dialógica e colaborativa entre discentes e docentes equidistantes.

A história da EAD está dividida em cinco gerações (MOORE; KEARSLEY, 2008): estudo por correspondência; transmissão por rádio e televisão; universidades abertas; teleconferência; e, finalmente, aulas virtuais baseadas no computador e na internet.

A primeira geração teve início na década de 1880, nos Estados Unidos, e utilizava os serviços postais e baratos da época. A oferta de cursos a distância por correspondência, implantada também na Europa, teve seu ápice em terras norte-americanas quando, em 1930, cerca de 39 universidades ofereciam cursos nessa modalidade de ensino em diversas áreas do conhecimento, como segurança nas minas e técnicas agrícolas, estes também direcionados ao público feminino.

Os Estados Unidos foram os primeiros a autorizarem uma emissora de rádio a ofertar cursos utilizando-o como uma nova tecnologia capaz de popularizar e atender uma demanda crescente e mais significativa de conhecimentos. Entretanto, o rádio não fez jus às expectativas esperadas. Na década de 1930, a televisão educativa já estava no ar, mas o sucesso só foi garantido quando a Fundação Ford, na década de 1950, investiu recursos para a transmissão educativa através da televisão. Surge a primeira TV a cabo também na década de 1950, mas só em 1972, o órgão responsável por esse segmento comunicativo americano exigiu que todas as operadoras a cabo tivessem um canal educativo.

A terceira geração da EAD, datada entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970, teve, como referência, duas experiências, uma, na Inglaterra, através da Universidade Aberta da Grã-Bretanha, e nos Estados Unidos, com o Projeto AIM (Accelerated Improvement Method) da *University of Wisconsin*.

Elaborada para uso em grupo de alunos, a teleconferência atraiu um maior número de alunos e educadores, uma vez que esta tecnologia se aproxima mais “da visão tradicional da educação como algo que ocorre nas classes” (MOORE; KEASLEY, 2008, p. 39), ao contrário das demais tecnologias disponíveis nas gerações anteriores.

A atual geração da EAD, a de classes virtuais online, através da utilização dos recursos da Internet, proporciona um grande interesse por esta modalidade e resulta em atividade “em escala mundial pela Educação a Distância com métodos construtivistas de aprendizado em colaboração, e na convergência entre texto, áudio e vídeo em uma única plataforma de comunicação” (MOORE; KEASLEY, 2008, p. 48). De acordo com Borba et ali (2011, p. 7),

a interação na internet permite combinar as várias possibilidades de interação humana, no que diz respeito aos softwares e as interfaces, com a liberdade referente ao tempo e/ou ao espaço. Nesse contexto, encontram-se as relações entre o aluno e os diversos elementos que compõem o cenário educativo, como o conteúdo, o professor, outros alunos, a instituição de ensino, etc.

No Brasil, várias experiências de EAD foram iniciadas e levadas a termo com relativo sucesso. Inicialmente registra-se a oferta de cursos de alfabetização para jovens e adultos mediatizados pelo rádio, a exemplo da Rádio Escola Municipal do Rio de Janeiro instalada em 1934. Em 1939, foi criado, em São Paulo, o Instituto Universal Brasileiro (IUB), atualmente Instituto Monitor, oferecendo cursos técnicos, profissionalizantes, supletivos, de formação profissional por correspondência. Dois anos mais tarde surge a primeira universidade do Ar,

que durou até 1944 oferecendo também cursos técnicos e profissionalizantes. Esta proposta, em 1947 foi assumida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Social do Comércio (SESC) e emissoras associadas com a denominação de nova universidade do Ar.

Em 1965, foram criadas as TVs educativas pelo poder público, sendo também assumida pelo setor privado. Na década de 1970, a Fundação Roberto Marinho se propôs a oferecer por meio do telecurso, um programa de TV de educação supletiva à distância, para ensino fundamental e ensino médio.

Entre às décadas de 1970 e 1980, outras fundações privadas e organizações não governamentais também ofertaram cursos supletivos à distância, no modelo de tele-educação, com aulas via satélite complementadas por kits de materiais impressos, demarcando a chegada da segunda geração da EAD no país. Começa a oferta de ensino superior supletivo por telecurso (material impresso e televisão) por instituições sem fins lucrativos no ano de 1980.

As instituições de ensino superior (IES) brasileiras mobilizaram-se para a oferta da EAD com o uso de TIC somente a partir da década de 1990, com experiências em poucas universidades. Somente em 2006, é criada a UAB com o objetivo de organizar cursos específicos, de acesso geral para a oferta de ensino superior em nível de graduação e de pós-graduação.

Do ponto de vista da legislação, a LDBEN institucionalizou a EAD. Os decretos e Portaria publicados marcaram o início da regulamentação da EAD, e tiveram alguns aspectos importantes:

A definição de educação a distância, ou seja, todos os cursos que não consistam integralmente presenciais;

O processo de credenciamento de instituições de ensino superior para a oferta de cursos à distância, notadamente na formação de professores. A nomeação, nos documentos legais, da educação a distância como modalidade de ensino;

Garantir o incentivo do poder público, espaço amplo de atuação (todos os níveis e modalidades); Tratamento privilegiado no que se refere à utilização de canais de radiodifusão (BRASIL, 2000).

Com efeito, diz a LDBEN em seu Art. 80:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º. A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º. A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º. As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação à distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º. A educação à distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I- custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II- concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III- reserva de tempo mínimo, sem ônus para o poder público, pelos concessionários de canais comerciais (BRASIL, 1996).

Outra referência fundamental na legislação da educação superior a distância, está no Plano Nacional de Educação (PNE), mais especificamente na Lei nº 10.172/01, para a qual a EAD tem função estratégica:

ao introduzir novas concepções de tempo e espaço na educação, contribui para o surgimento de mudanças significativas na instituição escolar e influi nas decisões a serem tomados pelos dirigentes políticos e pela sociedade civil na definição das prioridades educacionais (Plano Nacional de Educação (PNE) Lei nº 10.172/01).

Instituído para regulamentação da EAD, o Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, cria o sistema UAB, com os seguintes objetivos:

I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;

II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;

IV - ampliar o acesso à educação superior pública;

V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;

VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância;

VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação à distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras.

Com a criação da UAB, o Governo Federal sugere que o mesmo amplie as oportunidades de formação de professor. O Projeto UAB foi criado pelo MEC, em 2006. Atualmente é gerenciado pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (CAPES).

O sistema é uma parceria entre consórcios públicos nos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal), com a participação das universidades públicas e demais organizações interessadas. Trata-se da oferta de ensino superior à distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país. Nos municípios que desejam participar são montados Polos de Apoio Presencial, que possuem salas de aula, laboratórios didáticos, tutores para os alunos, biblioteca e outros recursos.

A EAD apresenta-se hoje “como uma possibilidade concreta e importante para a aprendizagem, que é apontada como uma condição permanente e indispensável para os sujeitos da sociedade da informação” (CERNY, 2003, p. 14). Este fato, aliado a outros fatores, certamente está impulsionando a crescente oferta de cursos e programas à distância em todo o mundo, bem como o número de matriculados nesta modalidade educacional.

Considerando a criação da UAB para formação continuada de professores, verifica-se que o crescente interesse pela EAD gera efeitos no cenário nacional e internacional, constituindo-se em uma estratégia possível dos últimos tempos no campo da educação.

Em 2007, o MEC publicou os Referenciais de Qualidade para Educação Superior à Distância, os quais devem envolver aspectos pedagógicos, infraestrutura e recursos humanos (MEC, 2007), elencados nos seguintes tópicos: concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem; sistemas de comunicação; material didático; avaliação; equipe multidisciplinar; infraestrutura de apoio; gestão acadêmico-administrativa; e sustentabilidade financeira.

Com relação à gestão acadêmico-administrativa, estes Referenciais de Qualidade atentam que deve estar integrada aos processos gerenciais da instituição, uma vez que se espera que o aluno de um curso de graduação ou de pós-graduação, na modalidade de EAD, tenha as mesmas condições e suporte que os alunos da modalidade presencial.

Neste sentido, os Referenciais de Qualidade consideram que os recursos tecnológicos da internet já sejam utilizados pelos alunos presenciais e, dessa forma, os alunos da EAD possam, a quilômetros de distância da infraestrutura física da universidade ou faculdade, ter o mesmo acesso e serviços disponíveis pela instituição como matrícula, inscrições, informações diversas, secretaria, coordenação e possibilidades de requisição de documentos, através de sítios disponíveis para tanto.

No que tange a logística dos cursos de EAD, os Referenciais de Qualidade definem que todos os processos de tutoria, produção e distribuição de material didático, bem como o

acompanhamento e avaliação do aluno, sejam gerenciados e supervisionados, uma vez que as deficiências nessa área podem levar à evasão, tendo em vista a desmotivação que poderá ser causada.

Cabe ainda ressaltar o papel da IES a respeito das garantias de condições de acesso ao atendimento e aos serviços básicos oferecidos. Dessa forma, os Referenciais de Qualidade definem como a universidade deve buscar atender a comunidade acadêmica, sugerindo seu processo gerencial (MEC, 2007, p. 29-30):

- (a) Um sistema de administração e controle do processo de tutoria especificando, quando for o caso, os procedimentos logísticos relacionados com os momentos presenciais e a distância;
- (b) Um sistema (logística) de controle da produção e distribuição de material didático;
- (c) Um sistema de avaliação de aprendizagem, especificando a logística adotada para esta atividade;
- (d) Banco de dados do sistema como tudo, contendo em particular: cadastro de estudantes, professores coordenadores, tutores, etc.
- (e) Cadastro de equipamentos e facilidades educacionais do sistema;
- (f) Sistema de gestão dos atos acadêmicos tais como: inscrição e trancamento de disciplinas e matrícula;
- (g) Registros de resultados de todas as avaliações e atividades realizadas pelo estudante, prevendo-se, inclusive recuperação e a possibilidade de certificações parciais;
- (h) Um sistema que permita ao professor ter autonomia para a elaboração, inserção e gerenciamento de seu conteúdo, e que isso possa ser feito de maneira amigável e rápida, com liberdade e flexibilidade
- (i) Um sistema de administração e controle do processo de tutoria especificando, quando for o caso, os procedimentos logísticos relacionados com os momentos presenciais e a distância;
- (j) Um sistema (logística) de controle da produção e distribuição de material didático;
- (k) Um sistema de avaliação de aprendizagem, especificando a logística adotada para esta atividade;
- (l) Banco de dados do sistema como tudo, contendo em particular: cadastro de estudantes, professores coordenadores, tutores, etc.
- (m) Cadastro de equipamentos e facilidades educacionais do sistema;
- (n) Sistema de gestão dos atos acadêmicos tais como: inscrição e trancamento de disciplinas e matrícula;
- (o) Registros de resultados de todas as avaliações e atividades realizadas pelo estudante, prevendo-se, inclusive recuperação e a possibilidade de certificações parciais;
- (p) Um sistema que permita ao professor ter autonomia para a elaboração, inserção e gerenciamento de seu conteúdo, e que isso possa ser feito de maneira amigável e rápida, com liberdade e flexibilidade
- (q) Um sistema de administração e controle do processo de tutoria especificando, quando for o caso, os procedimentos logísticos relacionados com os momentos presenciais e a distância;
- (r) Um sistema (logística) de controle da produção e distribuição de material didático;

- (s) Um sistema de avaliação de aprendizagem, especificando a logística adotada para esta atividade;
- (t) Banco de dados do sistema como tudo, contendo em particular: cadastro de estudantes, professores coordenadores, tutores, etc.
- (u) Cadastro de equipamentos e facilidades educacionais do sistema;
- (v) Sistema de gestão dos atos acadêmicos tais como: inscrição e trancamento de disciplinas e matrícula;
- (w) Registros de resultados de todas as avaliações e atividades realizadas pelo estudante, prevendo-se, inclusive recuperação e a possibilidade de certificações parciais;
- (x) Um sistema que permita ao professor ter autonomia para a elaboração, inserção e gerenciamento de seu conteúdo, e que isso possa ser feito de maneira amigável e rápida, com liberdade e flexibilidade
- (y) Um sistema de administração e controle do processo de tutoria especificando, quando for o caso, os procedimentos logísticos relacionados com os momentos presenciais e a distância;
- (z) Um sistema (logística) de controle da produção e distribuição de material didático;
- (aa) Um sistema de avaliação de aprendizagem, especificando a logística adotada para esta atividade;
- (bb) Banco de dados do sistema como tudo, contendo em particular: cadastro de estudantes, professores coordenadores, tutores, etc.
- (cc) Cadastro de equipamentos e facilidades educacionais do sistema;
- (dd) Sistema de gestão dos atos acadêmicos tais como: inscrição e trancamento de disciplinas e matrícula;
- (ee) Registros de resultados de todas as avaliações e atividades realizadas pelo estudante, prevendo-se, inclusive recuperação e a possibilidade de certificações parciais;
- (ff) Um sistema que permita ao professor ter autonomia para a elaboração, inserção e gerenciamento de seu conteúdo, e que isso possa ser feito de maneira amigável e rápida, com liberdade e flexibilidade

A gestão baseia-se no fato de que o desempenho de uma instituição universitária depende fortemente da contribuição das pessoas que a compõem e da forma como estão organizadas. Além disso, depende de como as pessoas são estimuladas e capacitadas e de como é mantido um ambiente de trabalho e um clima organizacional adequados.

Entende-se gestão como uma prática político-pedagógica e administrativa, em que o gestor, através da articulação entre os diversos segmentos da unidade escolar, modifica as relações de poder, transformando-as em ações colegiadas, transparentes e autônomas.

A preocupação com a gestão acadêmica-administrativa baseia-se em como as IES, inclusive as superiores, se deparam com duas vertentes de vivência e práticas: autoritárias e democráticas. Para que as ações de uma universidade ou faculdade sejam pautadas no princípio da gestão democrática (OLIVEIRA, 1997), devem partir de seus objetivos, metas e missão, pautadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que deve agregar suas ações de ensino, pesquisa e extensão, englobando os ensinos, tanto presencial como à distância.

A LDB, em que se refere aos Princípios e Fins da Educação Nacional, em seu Art. 3º, inciso VIII, oficializa a prática de uma gestão democrática no ensino público, independentemente do nível. Uma vez que o Sistema UAB tem como parceiros na oferta de cursos e vagas na modalidade a distância as universidades públicas, estaduais e federais, bem como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), deve-se pensar a gestão democrática como norteadora dos processos e das práticas gerenciais desses cursos.

Mill et alli (2013) recorrem à Costa (2011, p.56) para analisar o modelo institucional da EAD brasileira, que tem o modelo misto como norteador, já que:

caracteriza uma unidade de EaD mista pelo interesse de determinada universidade tradicional ampliar seu mercado/abrangência com a oferta também de educação a distância. No Brasil, a grande maioria de sistemas de educação à distância desenvolve-se no seio de universidades já consolidadas pela educação presencial

Ainda os autores esclarecem e afirmam acerca das dificuldades e do alto custo de uma instituição de ensino exclusivamente a distância:

sem entrar no mérito da discussão acerca do significado do termo “autonomia”, sabe-se que a estrutura administrativa, tecnológica, financeira e humana/intelectual exigida para constituição de uma instituição que ofereça exclusivamente cursos pela modalidade de educação a distância é extremamente complexa, de alto custo e de difícil aquisição/manutenção. Apesar das implicações pedagógicas pertinentes ao fato, aproveitar a estrutura de funcionamento de uma instituição de ensino já constituída torna-se uma saída estratégica, inteligente e economicamente viável, pois essa iniciativa reduz muito os esforços e os custos de instalação dos programas de EaD (MILL et alli, 2013, p. 3).

Dessa forma, é importante registrar como um gestor, geralmente desempenhando funções acadêmicas e administrativas, tem que observar as implicações decorrentes da subordinação da EAD ao modelo presencial já instaurada nas instituições de ensino (MILL et alli, 2013).

Enfim os autores já citados fornecem orientações acerca da gestão de sistemas de EAD:

a Gestão de Sistemas de EaD, assim como a gestão em outros tipos de organização, precisa contemplar os aspectos de planejamento, organização, direção e controle do processo – considerando a disponibilidade de recursos materiais, físicos, técnicos ou humanos. Portanto, para um gestor em EaD criar condições para a realização de um bom programa de formação a distância, deve planejar e organizar adequadamente todo o sistema de funcionamento das etapas e, também, deve dirigir/coordenar e controlar todos os fatores envolvidos no fluxo das atividades dos cursos de EaD. Enfim, precisa gerir o seu dinâmico e complexo processo de formação. Algumas orientações são importantes ao gestor e, com base no nosso cotidiano como gestores

de EaD, vamos tomar emprestadas algumas delas de autores da área de gestão de projetos (MILL et alli, 2013: p. 6).

A gestão de cursos de graduação e de pós-graduação, na modalidade de EAD, em sua totalidade ofertada em IES presenciais, deve ser norteadada como um processo que visa buscar alternativas e condições, com objetivo de atender as necessidades de alunos, professores, tutores e auxiliares e garantir uma sólida condição de oferta e permanência dos alunos.

Finalmente, de acordo com Mill *et alli* (2013, p.11):

O desafio está na mudança de mentalidade de toda a comunidade universitária em prol de uma EAD efetiva. É importante que toda a estrutura organizacional da instituição esteja a favor dos responsáveis pela EAD, tanto em termos de recursos materiais, humanos, financeiros, informacionais e espaço-temporais. O gestor precisa considerar isso em suas atividades.

Assim, embora a EAD tenha iniciado sua trajetória há mais de cem anos, essa modalidade de ensino, consagrada pela legislação brasileira somente com a atual LDBEN, em 1996, ainda busca condições para se constituir como possibilidade de formação de pessoas nas diversas áreas do conhecimento, buscando seu reconhecimento na comunidade universitária.

Resultados e discussões

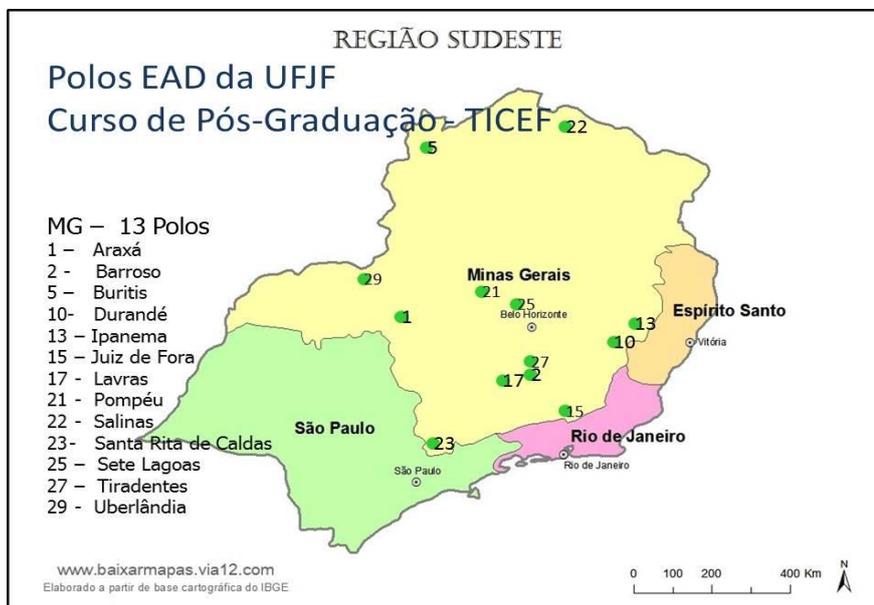
Os cursos de pós-graduação lato-sensu que a UFJF oferta vagas de forma regular são classificadas em dois níveis: Aperfeiçoamento e Especialização. São dois os cursos de Aperfeiçoamento, um na área de Educação – Educação para as Relações Étnico-Raciais, e outro, na área de Ciências Humanas – Cultura e História dos Povos Indígenas. Já os de Especialização são: CEME, TICEF, Esportes e Atividades Físicas.

Neste estudo foram priorizados dois cursos: Especialização Lato Sensu TICEF e CEME. O Curso de Especialização Lato-Sensu TICEF - é a proposta do CEAD/UFJF a uma demanda de vários agentes do Estado de Minas Gerais e do Governo Federal preocupados em preencher uma lacuna na qualificação dos professores da rede pública do Estado.

O Curso TICEF iniciou a primeira turma em 2009 com professores da rede pública dos seguintes Municípios Mineiros: Araxá, Bicas, Boa Esperança, Illicínea, Juiz de Fora, Salinas e Santa Rita de Caldas. Posteriormente, em 2010, estendeu-se a oferta para professores dos Municípios de Barroso, Buritis, Durande, Ipanema, Lavras, Pompeu, Sete Lagoas, Tiradentes e

Uberlândia. A figura do Mapa de Minas Gerais indica as cidades com Polos das duas edições do Curso.

Figura 1- Polos da UFJF /Curso TICEF



Fonte: IBGE; CEAD/UFJF

Tabela 1 – Curso TICEF –Alunos Matriculados/Alunos Reprovados/Alunos Concluintes – Ano 2009

Municípios	Alunos		
	Matriculados	Desistentes e reprovados	Concluintes
Araxá	25	8	17
Bicas	25	17	8
Boa Esperança	25	18	7
Ilicínea	28	21	7
Ipanema	25	11	14
Juiz de Fora	27	9	18
Salinas	27	14	13
Sta Rita de Caldas	27	16	11
TOTAL	209	114	95

Fonte: CEAD-UFJF/2011.

Na **Tabela 1**, temos o demonstrativo de alunos-professores matriculados em 2009 que no total de Municípios do Estado de Minas Gerais, totalizando 209 atendidos. Entretanto, considerando o número de 114 alunos de desistentes e reprovados chega-se ao percentual de

apenas 45% de concluintes. Caberia, então, uma pesquisa mais profunda que permitisse analisar estes resultados para outros direcionamentos, considerando que quase a metade dos alunos do Curso não concluiu.

A **Tabela 2** abaixo é referente a segunda turma do Curso TICEF, demonstra que foram ofertados o curso em mais Municípios mineiros no ano de 2010.

Tabela 2 – Curso TICEF Alunos Matriculados/Alunos Reprovados/Alunos Concluintes – Ano 2010

Municípios	Alunos		
	Matriculados	Desistentes e reprovados	Concluintes
Araxá	26	12	14
Barroso	27	9	18
Buritis	14	9	5
Durande	28	8	20
Ipanema	26	23	3
Juiz de Fora	33	9	24
Lavras	25	13	12
Pompéu	41	26	15
Salinas	21	11	10
Sete Lagoas	27	18	9
Sta Rita de Caldas	23	14	9
Tiradentes	23	13	10
Uberlândia	43	11	32
TOTAL	357	176	181

Fonte: CEAD-UFJF/2011.

De acordo com a **Tabela 2**, houve um aumento no percentual de alunos concluintes, chegando a 51% do total de alunos matriculados. Embora Considerando a melhora no percentual de alunos concluintes, em comparação com o ano anterior, pode-se entender que este é um processo que ainda está amadurecendo, esse percentual tenha melhorado em relação a primeira turma do Curso de 2009, isso nos leva a entender que parece, entre outros motivos, sendo um processo de adaptação por parte tanto da IES como dos alunos-professores, por ser um curso de formação continuada em nível de especialização e em formato diferente do já conhecidos cursos na modalidade presencial.

O projeto do curso encontra como pano de fundo o atual contexto do uso do computador nas escolas de Ensino Fundamental, especificamente no que tange os recursos e as prioridades estabelecidas recentemente pelo MEC (UFJF, 2009).

Neste sentido, o Curso TICEF tem sido considerado um componente essencial para a formação de continuada de professores da rede pública de ensino de Minas Gerais, em função da adoção de várias medidas que procuram visar à apropriação efetiva das ferramentas computacionais nas atividades de ensino da escola.

A proposta foi fundamentada na perspectiva de que o professor especialista ao terminar o curso, além de ampliar seus conhecimentos sobre tecnologia educacional, deveria desenvolver competências para uma ação em sala de aula e na sua comunidade.

O Curso TICEF representou o esforço organizado de uma equipe do CEAD/UFJF visando ao desenvolvimento de competências para o uso efetivo das TIC dentro das escolas mineiras nas diversas séries do Ensino Fundamental. Ao analisarmos o Documento Referência do Curso observamos que este visa à apropriação de tecnologias por parte dos professores da Rede de Ensino Fundamental do Estado de Minas Gerais, de modo a torná-los agentes de mudanças dentro da escola.

Além disso, o Curso TICEF propôs como resultado do processo formativo de educação continuada que os alunos-professores fossem capazes de:

1. Compreender o funcionamento das principais tecnologias de Informação e Comunicação utilizadas atualmente.
2. Compreender a problemática das consequências socioeconômicas e culturais do desenvolvimento tecnológico em nossa sociedade.
3. Planejar, propor e desenvolver atividades didáticas mediante o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.
4. Trabalhar em equipe, sabendo formular projetos diversos, atribuir papéis, controlar resultados e avaliar os trabalhos produzidos.
5. Usar adequadamente o ambiente de aprendizagem do Moodle, utilizado no curso.
6. Produzir formas que aproximem a comunidade onde atuam com o mundo globalizado (relação local-global).
7. Dominar um leque de estratégias didáticas para despertar o olhar crítico de seus alunos em relação ao uso do computador e da Internet.
8. Entender a Educação à Distância como instrumento estratégico para o desenvolvimento local.
9. Articular visões próprias e tomar decisões sobre questões abertas ao seu cotidiano (UFJF, 2009, p. 3).

O Curso TICEF foi estruturado a partir do modelo geral da UAB, e foram detalhadas as funções dos atores envolvidos nos processos do TICEF, visando principalmente à garantia da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. O Curso contou com um Coordenador Geral, um Coordenador de Tutoria, uma Secretaria administrativa, um Professor Pesquisador e um Formador, um Tutor à Distância para cada disciplina ofertada e um Tutor Presencial nos Polos (UFJF, 2009).

A organização das atividades acadêmicas previstas foi em períodos de tempo relativamente extensos, dada a predominante adoção de um ciclo letivo semestral, necessário para fornecer uma estrutura que favorecesse a integração dos conhecimentos disciplinares ministrados paralelamente, mediante mecanismos eficientes de gestão.

O curso é organizado em sete disciplinas temáticas, sendo quatro no primeiro semestre, e três no segundo semestre, todas as quais sendo ministradas em dois semestres letivos consecutivos do ano, segundo o calendário da Universidade. Além delas, há um módulo inicial de acolhimento de 60 horas e um módulo de 40 horas destinado à elaboração do projeto final de curso (UFJF, 2009).

O aluno do Curso TICEF recebe um *Kit* do material pedagógico de todas as disciplinas contendo vídeos, imagens, artigos, textos didáticos e outros elementos, incluindo CDs, DVDs e livros, em número suficiente para todos os alunos.

Outro aspecto interessante é que cada disciplina do curso foi organizada mediante os procedimentos padrões do ensino presencial da UFJF que consideram a criação formal das disciplinas, indicando claramente ementa, programa e bibliografia.

Para cada disciplina, o TICEF considera a aquisição de uma lista básica de livros a serem utilizados como referência adicional para o trabalho dos alunos. Estes livros básicos na ordem de dois a quatro por disciplina são enviados para os Polos onde o curso de TICEF é ofertado, de forma a estar disponíveis para consulta dos alunos (UFJF, 2009, p. 11).

Em relação ao Sistema de Tutoria do Curso TICEF, observamos que o corpo de tutores é formado pelos tutores à distância e pelos tutores presenciais que atuam no curso.

Pela natureza das atividades do curso, a avaliação do aluno é composta por uma parte presencial e outra parte a distância. Ou seja,

Consideram-se avaliações à distância aquelas que são realizadas pelo professor em função do trabalho que o aluno realiza no seu pólo, sem a presença do professor ou de algum tutor designado para essa função. As avaliações presenciais correspondem

àquelas que são realizadas no Pólo, diretamente na presença de um professor ou tutor designado especificamente para essa função (UFJF, 2009 p. 14).

O aluno tem ainda que fazer o trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que consiste na defesa de um portfólio após a realização de um trabalho de síntese e aplicação pelo aluno, relacionado a um tema específico da sua realidade local.

Para atender a demanda da formação continuada de professores na Educação Básica, a UFJF criou, em 2012, a especialização em Mídias na Educação, oferecida pela Faculdade de Medicina e assessorada pelo Centro de Educação à Distância (CEAD). O curso está presente nos polos presenciais de Salinas, Coromandel, Lagoa Santa, Conselheiro Lafaiete e Mantena, atendendo 280 alunos.

Tabela 3 - Curso de Especialização em Mídias na Educação/UFJF - Alunos Matriculados/Alunos Reprovados/Alunos em curso – Ano 2013

Municípios	Alunos		
	Matriculados	Desistentes e reprovados	Em curso
Conselheiro Lafaeite	76	22	54
Coromandel	29	5	24
Lagoa Santa	69	32	37
Mantena	76	29	47
Salinas	30	14	16
TOTAL	280	102	178

Fonte:secretária do curso UFJF/2013

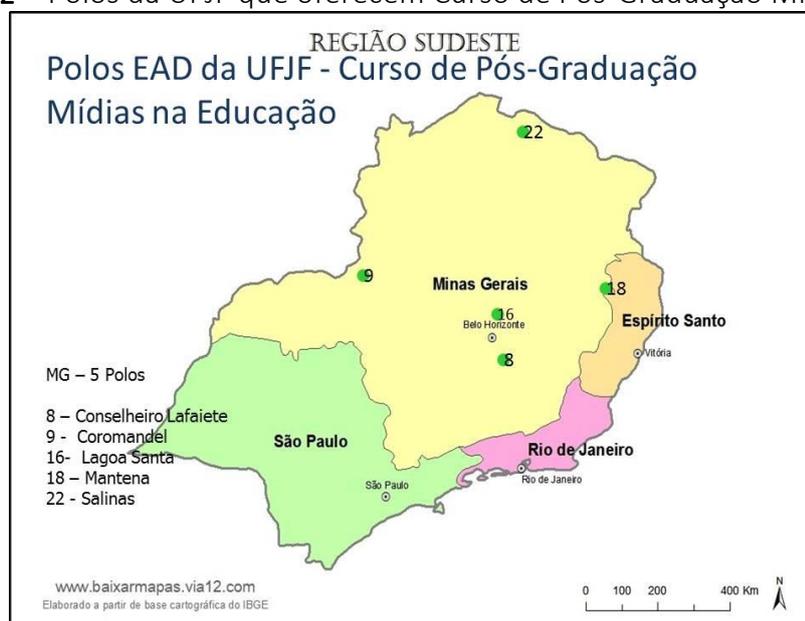
Na **Tabela 3** temos o demonstrativo de alunos-professores matriculados em 2012 que no total de Municípios do Estado de Minas Gerais, atendidos chegam a um quantitativo totalizando 280 atendidos. Entretanto, considerando o número de 102 alunos de desistentes e reprovados, considera –se uma média normal de concluintes.

De acordo com o Projeto Pedagógico do CEME, implantado pelo CEAD/UFJF, esta proposta se caracteriza pela integração das diferentes mídias ao processo de ensino e aprendizagem. O curso tem como objetivo principal contribuir para a formação continuada de profissionais em Educação, em especial professores da Educação Básica, incluindo aqueles de Educação de Jovens e Adultos, de Educação Especial e de Educação Profissional, para o uso dos recursos tecnológicos no cotidiano da escola, de forma articulada à sua proposta pedagógica,

ou seja, promovendo o aperfeiçoamento no uso de mídias (impressa, rádio, TV/Vídeo e informática), e sua leitura crítica no âmbito escolar.

O curso está sendo ofertado na modalidade à distância, utilizando o ambiente virtual de Aprendizagem Moodle, para cursistas de diversas cidades do Estado de Minas Gerais dentro dos Polos aprovados pela UAB. Nessas localidades, as Secretarias Municipais de Educação disponibilizaram a infra-estrutura tecnológica necessária para a adequada participação dos cursistas.

Figura 2 – Polos da UFJF que oferecem Curso de Pós-Graduação Mídias na Educação



Fonte: IBGE; CEAD/UFJF

A carga horária total do curso foi de 360 horas, exigidas para que o aluno fizesse jus ao título de especialista e distribuída nas disciplinas: Informática, Ferramentas de Interatividade, Produção de Hipertexto, Mídia Impressa, Radiofônica e Televisiva, além do TCC, que estimula a pesquisa e a formação continuada.

O currículo do CEME tem como eixo a utilização de diferentes recursos de apoio à aprendizagem e a articulação das diferentes mídias – TV, vídeo, rádio, informática e impressa. O CEME está estruturado em disciplinas e é ofertado através do ambiente virtual de aprendizagem.

Os TCC deverá ter seu tema vinculado a assuntos e atividades ligadas direta ou indiretamente à área das Mídias na Educação. No caso, o uso das mídias, de forma integrada,

deveria ser desenvolvido a partir de um projeto já realizado ou como uma proposta de intervenção a ser implantada na escola.

Para a oferta do curso e do número de vagas, o CEAD levou em consideração a capacidade de orientação do curso, o fluxo de entrada e saída dos alunos e a capacidade das instalações. A estrutura acadêmica do CEME foi composta por: um coordenador do curso (doutor); um coordenador de tutoria (doutor); cinco tutores presenciais; oito tutores à distância; oito professores formadores e orientadores de TCC pertencentes ao quadro da UFJF. O curso contou ainda com o apoio dos Técnicos Administrativos pertencentes a estrutura do CEAD/UFJF.

Considerações finais

Neste trabalho procurou-se apresentar a expansão da EAD na educação superior e a criação e gestão dos cursos à distância de Graduação e Pós-Graduação na UFJF. Adicionalmente, buscou-se uma reflexão sobre a legislação atual, a criação da UAB do CEAD/UFJF e de cursos, trazendo a oportunidade de rever questões das quais participamos como tutora dos Cursos de Pós-Graduação TICEF e CEME. As análises dos documentos indicam que está em curso uma profunda reconfiguração da formação profissional e do trabalho docente realizado nas universidades federais brasileiras, como é o caso da UFJF.

O estudo sobre o Curso TICEF, sob a coordenação do CEAD, ofertado pela UFJF tem revelado uma experiência concreta de educação à distância na formação continuada de professores. Todavia, os dados de matrícula, desistência/reprovação e conclusão mostram que a continuidade desse Curso se faz necessária mesmo com as limitações encontradas, cabendo à Universidade buscar estratégias e elementos para melhoria e expansão dessa formação a todos os professores da rede pública dos Municípios mineiros.

Outro aspecto identificado é que, considerando todas as adversidades, a equipe de gestores, professores e técnico-administrativos do CEAD da UFJF vem buscando desenvolver um projeto de qualidade principalmente com relação aos cursos de licenciatura e pós-graduação em educação básica presenciais, gratuitos e de boa qualidade, no Estado de Minas Gerais.

A fim de viabilizar a formação continuada de professores da educação básica em todo o Estado de Minas Gerais, sobretudo quando se leva em consideração as dimensões do estado e número de educadores e de escolas, a UFJF criou, em 2012, a especialização em Mídias na Educação, oferecida pela Faculdade de Medicina e assessorada pelo Centro de Educação a Distância (Cead). O curso está presente

nos polos presenciais de Salinas, Coromandel, Lagoa Santa, Conselheiro Lafaiete e Mantena, atendendo 280 alunos.

Pode-se então, concluir que, os cursos TICEF e CEME vêm cumprindo seu papel na formação continuada de professores possibilitando aos mesmos o acesso à pós-graduação gratuita e de boa qualidade, ampliando o conhecimento sobre a tecnologia educacional e seu uso na sua prática cotidiana, a partir do desenvolvimento e utilização das tecnologias e das mídias aplicadas à prática pedagógica. O educador, por sua vez, será capaz de produzir e articular conteúdos com um novo olhar para melhorar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos e para atingir a proposta pedagógica da escola em que esse profissional atua.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise do conteúdo**. Trad. de Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1995.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1986. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, 09 de janeiro de 2001.

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 08 de Junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil. UAB. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, 09 junho de 1996.

BARCELOS, Rúbia. **Educação a distância online**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CERNY, R. Z. et al. O uso didático do material impresso. In: DEMO, P. **A escola e as suas linguagens: uma Pedagogia para os meios**. Itajaí: Secretaria Municipal de Educação, 2003

COSTA, M. G. **Ecologia da escola**: capacitação de professores por meio da educação a distância. Educação em Foco, Belo Horizonte: FAE/CBH/UEMG, n. 5, p. 37-52, 2001.

MILL, Daniel; BRITO, Nara; SILVA, Aparecida R.; ALMEIDA, Leandro F. **Gestão da Educação a Distância (EaD)**: noções sobre planejamento, organização, direção e controle da EaD. Disponível em:

http://www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/vertentes/Vertentes_35/daniel_mill_e_outros.pdf.

Acesso em | : 30 ago 2013.

MEC. **Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação a Distância, 2007.

MEC. **Decreto nº 1.237**, de 06/09/1994. Dispõe: sobre a criação do Sistema Nacional de Educação a Distância – SINEAD.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância: uma visão integrada**. Trad. de Roberto Galman. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MORAN, José M. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas: Papirus, 2007

MOREIRA, Vani K. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas: Papirus, 2003.

OLIVEIRA, D. A. (precisa padronizar, se colocar a inicial fazer em todas, caso contrário, por extenso. (Org.). **Gestão democrática da Educação: desafios contemporâneos**. 2ªed. Petrópolis: Vozes, 1997.

TORRES, P. L. **Laboratório on line de aprendizagem**. Tubarão: Unisul, 2004.

UFJF. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Especialização em Tecnologias de informação e comunicação no ensino fundamental**. Juiz de Fora: CEAD/UFJF, 2013

UFJF. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Especialização em Mídias na Educação**. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

UFJF. **Mídias na Educação: Especialização-CEAD/UFJ**. Disponível em: www.ufjf.br/Mídiasnaeducação acesso em 18 Set.2013 Acesso em: 30 ago 2013.

UFJF. **Regimento Geral**. Disponível em: www.ufjf.br . Acesso em: 02 set. 2013.

UFJF. **Resolução nº 02/2010**: Cria e estabelece o Regimento Interno do órgão suplementar, Centro de Educação a Distância (CEAD) da Universidade Federal de Juiz de Fora. UFJF/Conselho Superior, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. de Daniel Grassi. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Recebido em 13 de dezembro de 2014
Aceito em 15 de agosto de 2014